



GÊNEROS DE VIDA NA "GRANDE VITÓRIA": UM ESTUDO
DE SOCIOLOGIA URBANA E SUBDESENVOLVIMENTO(*)

Geert A. Banck

Minha pesquisa é essencialmente uma pesquisa sobre gente vivendo em ambiente urbano. A questão importante e primeira é saber o que significa o termo "urbano". Em seguida, descobrir qual a influência desta definição sobre o que se vai determinar como gênero de vida de indivíduos vivendo e trabalhando numa situação "urbana" particular, a de Vitória. Eram estas as questões que, já na Holanda, antes de partir, eu achava mais importantes e pelas quais me interessei.

Devido às condições encontradas, e por razões práticas, tive de abandonar minha intenção de estudar a classe de trabalhadores já nascida e criada na cidade, e relativamente abastada. A influência da migração, o caráter heterogêneo de muitos bairros no que diz respeito aos status sociais, tornavam fisicamente impossível levar a efeito tal estudo com eficiência. Decidi, pois, que o caminho melhor era estudar um bairro. Através da análise dos gêneros de vida de seus habitantes, de diferentes categorias e status, esperava compreender o que poderia significar o "urbano", em nível local.

Havia eu desenvolvido algumas idéias sobre o significado de "urbano", porém não conseguira

(*) - O sociólogo Geert Banck trabalha no Centro de Estudos e Documentação Latino-americano, - centro inter universitário holandês, sediado em Amsterdã. Enviado pelo Centro, fez pesquisas na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. Agradecemos a Geert Banck a permissão que nos deu para publicar este artigo, em que se pode seguir o encaminhamento da pesquisa.

o que talvez foi uma sorte, considerando o momento em que então me achava, definir um conceito geral. Chegara à afirmação de que a cidade não era apenas um contexto ecológico, uma estrutura social que só deveria ser compreendida através de sua localização. Sociologicamente, a cidade tem de ser encarada como um processo intrincado em que variáveis locais, nacionais, regionais e internacionais desempenham sua parte. Consegui alinhar algumas idéias sobre o "local" e o "nacional", porém foi neste ponto que minha argumentação estacou: delineei apenas o contorno, não coloquei o conteúdo. Uma conceituação teórica estava faltando, e o problema não podia, pois, ser adequadamente verbalizado. A pesquisa não podia progredir por esse lado.

Porém, à medida que o trabalho avançava de vagar, gradualmente fui desenvolvendo um tema, brotado de entrevistas, de análises de jornais, de observação direta: o tema subdesenvolvimento-desenvolvimento. Devo confessar que nunca me interessei muito pela abundante literatura existente a respeito. Sabia, naturalmente, que o Brasil era um país "subdesenvolvido", porém nunca supus que o tema subdesenvolvimento fosse útil para uma pesquisa como a que pretendia desenvolver. Tive de mudar porém de idéia, e uma das razões mais importantes para tal foi a descoberta de que os indivíduos do bairro que estava estudando, frequentemente definiam sua situação, de uma maneira ou de outra, como subdesenvolvida. Ao fazer esta utilização do termo, esses indivíduos se referem ao mesmo tempo a países "desenvolvidos", a países "ricos". Os informantes são mais ou menos específicos a tal respeito, conforme o seu nível educacional. Todavia todos efetuam comparações, não com os Estados Unidos "verdadeiros", ou com a "verdadeira" Europa, mas com o que acham que deve ser um país "rico". O país "rico" é um "modelo", um quadro de referência utilizado para avaliar a situação real em que os indivíduos estão vivendo. E ao mesmo tempo é um objetivo valorizado, é um exemplo

que desperta emulação. "Desenvolvimento", "progresso", é algo almejado, um valor "positivo" e com conotações ideológicas. Porém, na vida cotidiana, "as condições locais são vistas como um contrapeso para as aspirações: "Somos um país subdesenvolvido, como você vê, por isso o que se pode esperar..." "Procuro fazer o melhor que posso, mas sabe, as condições..." "Somos gente pobre, não é, um país pobre, não é?" Os indivíduos percebem que não são somente seus próprios recursos que se apresentam escassos, porém os recursos da sociedade também: a escassez é percebida como geral, permeando toda a sociedade.

As implicações do que acaba de ser observado serão analisadas mais tarde. O que me intrigava descobrir era a essência desta escassez e seu significado possível em termos de estrutura social. Embora muito do que vai ser dito seja altamente provisório, penso que as interferências de base oferecem um ótimo "tema" explicativo. Desenvolverei primeiramente algumas observações preliminares e então espero elaborar um esboço de "modelo" dinâmico, concernente ao desenvolvimento-subdesenvolvimento, começando ao nível da sociedade mais ampla, descendo em seguida para o nível local ou da cidade, e finalmente para o nível do informante, isto é, o nível da pessoa.

Normalmente, ao enumerar as premissas do modelo da "sociedade industrial", o sociólogo as equaciona, conscientemente ou não, com as do "cidadismo". A cidade é vista como um agregado humano, no qual, por exemplo, as organizações secundárias, o sucesso, os princípios formais de recrutamento de trabalhadores, comportamento racional e as estruturas burocráticas weberianas prevalecem; o personalismo é encarado como muito afastado das estruturas formais da cidade, sobrevivendo apenas como que por um ato da providência no interior da família nuclear e de outros "redutos sobreviventes" formados por agrupamentos primários. Naturalmente, estou exagerando bastante, mas quero chamar a atenção para um ponto:

apesar de todos os estudos contrabalançando o modelo, ou modificando-o (da pesquisa da Western Electric para os estudos da família de Litvak), muitos sociólogos se inclinam a tomar este ponto de vista como pacífico, e a partir dele se encaminham para outras observações.

É este especialmente o caso de sociólogos e de antropólogos que fazem pesquisas em cidades de países ditos "sub-desenvolvidos" ou "em desenvolvimento". Seu treinamento muitas vezes não foi orientado para estudar cidades e seu conhecimento geral sobre as cidades é também muitas vezes precário, estereotipado até. São estes estudiosos precisamente que tem de enfrentar a pesquisa de situações urbanas muito diversas do que consideram o "modelo" (o que, entre parêntesis, tem sua origem frequentemente na ideologia pessoal do pesquisador). O personalismo, o favoritismo, os princípios imputados, e assim por diante, são registrados como "abundantes", e a situação será definida como "retardada", "arcaica", "fracamente estruturada", etc. A explicação necessária já é dada, não há mais quase problemas a resolver. Pois muito claramente o personalismo, o favoritismo e assim por diante são ainda traços agrários: a cidade é apenas uma extensão do "hinterland" agrário, a espinha dorsal administrativa e comercial do meio rural, e não é então de estranhar... O pesquisador pode também apoiar-se em Sjoberg e citar as notáveis coincidências que está encontrando entre a cidade que estuda e o modelo da cidade pré-industrial; tal classificação ad-hoc aparece a ponto para resolver o problema. E se ainda restarem alguns aspectos para serem esclarecidos, aí está a "cultura" para tudo explicar.

Não quer isto dizer que eu formule qualquer objeção contra a "cultura", ou contra a classificação de Sjoberg, relativamente a seus propósitos explicativos; meu objetivo não é também a analogia agrária. Também não tenho queixa alguma contra o modelo da "sociedade industrial". Porém tenho obje-

ções contra o uso indevido deste modelo como um ponto de partida afim de explicar as estruturas sociais de países como o Brasil. Pois utilizando este modelo, o pesquisador de maneira quase certa cai na armadilha do processo de oposições: jogando o "tradicional" contra o "moderno", sublinha-se o que é diferente e o "exotismo" é tomado como sendo a realidade. E o que é pior: assim agindo, abandona-se a formulação do problema no momento em que as questões mais importantes ainda não foram colocadas. Assim perguntava intrigado um dos meus informantes: "Por que nosso país, com toda a sua riqueza, é tão pobre?" A utilização do modelo da "sociedade industrial" leva apenas à questão: "Porque o Brasil não é ainda rico?" E a resposta é relativamente simples: "Porque o Brasil vive ainda de acordo com os pre-requisitos do modelo". A utilização do modelo não fornece uma resposta dinâmica à pergunta "por que", e isso devido ao fato de somente levar a um raciocínio relativo às causas finais, a um raciocínio teleológico, e não a um raciocínio ontológico, a um raciocínio que diga respeito à coisa em si. A utilização deste modelo conduz apenas à observação de que as estruturas existentes não atingem o objetivo que o modelo propõe; todavia, nenhuma referência é feita aos processos que modelaram as estruturas existentes. Não há dúvida de que o emprego do modelo pode ter um valor heurístico, porém não é um ponto de partida frutífero quando se tem propósitos explicativos.

Um modo de escapar a esta dificuldade está na tomada de uma posição mais relativista por parte do pesquisador, diante da sociedade em estudo; pode, por exemplo, comparar o favoritismo, as estruturas fluidas, a corrupção, e assim por diante, dessa sociedade, com fenômenos similares em sua própria sociedade. Creio que nenhum pesquisador holandês terá dificuldade, desde que reflita a respeito, em selecionar algumas estruturas da sociedade holandesa que poderiam ser úteis. Muitos de nós se defrontaram, de uma maneira ou de outra, com os problemas

ceu apenas 14,1%, passando de 1.418.348 para 1.617.857 habitantes, enquanto a Grande Vitória crescia numa taxa de mais ou menos 100% na mesma década: de 181.689 habitantes em 1960, para o total de 363.149 em 1970.

Naturalmente, a migração é a causa mais importante deste crescimento desmesurado da população da área urbana. Um crescimento que é mais impressionante devido ao fluxo migratório muito forte e constante para o sul do Brasil, rico e industrial, e especialmente para as duas metrópoles - Rio de Janeiro (500 kms. ao sul de Vitória) e São Paulo.

Embora indubitavelmente alguns progressos econômicos substanciais tenham ocorrido em Vitória, é impossível atribuir o grande crescimento demográfico da cidade ao que em geral se chama de "fatores de atração". A causa mais importante dele jaz no declínio do sistema tradicional agrário, do interior do Estado. No início dos anos 60, um programa de erradicação do café literalmente arruinou as estruturas sociais que já estavam, aliás, rapidamente se desintegrando. Como muitos proprietários de terras substituíram a cultura do café, que exigia trabalho intensivo, pela pecuária extensiva, que requer pouquíssima mão de obra, o sistema tradicional de parceria arruinou-se totalmente, os parceiros empobrecidos e sem trabalho viram-se obrigados a partir para a cidade.

O resultado foi a proliferação de grandes favelas, muitas das quais construídas nos alagados que rodeiam a Bahia de Vitória, assim como nos morros abruptos que permeiam o centro da cidade, - centro em que se erguem esplêndidos arranha-céus, dominando o cenário. Como se sabe, estes aspectos são familiares a quase todas as cidades nos países subdesenvolvidos. O desenvolvimento exagerado de favelas e bairros miseráveis, os pesadíssimos problemas sociais criados pela migração maciça e contínua a essas cidades, chamaram naturalmente o interesse de muitos cientistas sociais.

Todavia, embora seja este foco de interesse inteiramente legítimo, duas objeções estreitamente correlacionadas deverão ser feitas a ele. Em primeiro lugar, a atenção quase exclusiva devotada à migração e aos problemas sociais criados por ela tende a obscurecer outros processos urbanos em curso; estes são inteiramente deixados de lado, ou grosseiramente simplificados. Em segundo lugar, certamente no que diz respeito à América Latina, esta tendência é ainda fortalecida pela influência vigorosa dos antropólogos atraídos por este campo de estudo relativamente novo. Sua tradição de estudos de comunidades rurais, com a ênfase sobre a "totalidade" das mesmas, tende a isolar dos processos sociais externos a ela, o grupo rural estudado. A favela urbana é muitas vezes analisada da mesma maneira: como uma comunidade formando em si mesma uma totalidade, conservando apenas ligações acidentais com a sociedade mais ampla, urbana e mesmo nacional.

O antropólogo, no entanto, tem de dar uma resposta à pergunta, perfeitamente óbvia, de como os camponeses se adaptam à vida urbana. As respostas a esta pergunta legitimamente científica são porém seriamente distorcidas devido às insuficiências atrás mencionadas. Embora os estudos sobre o assunto sejam muitas vezes substanciais em detalhes descritivos a respeito da vida das favelas, as conclusões permanecem bastante duvidosas quanto ao seu nível teórico. Há uma preocupação excessiva com problemas tais como: quão "rural" permanecem ainda os migrantes; ou que "traços urbanos" já permearam seu estilo de vida. A estrutura social do grupo de vizinhança estudado é definido essencialmente como um reminiscência "rural", enquanto os traços "urbanos" via de regra são constituídos por um conjunto de noções derivadas de pesquisas efetuadas em sociedades industriais, modernas, altamente desenvolvidas, - conjunto de noções que se mescla com impressões apressadas a respeito das cidades latino-americanas. É óbvio que qualquer conclusão construída nessa base está apta a ser etnocêntrica em seu conteúdo e teo-

ricamente inadequada. Tudo isto mostra que o que se precisa realmente é um melhor conhecimento a respeito dos processos urbanos na América Latina. A Antropologia pode contribuir para este objetivo por meio do estudo de diversos tipos de grupos de vizinhança urbanos.

De início, o presente estudo foi então explicitamente dirigido para a seleção de um grupo de vizinhança bem definido, cuja população fosse de classe inferior, mas em suas camadas mais elevadas e não nas mais pobres. O objetivo inicial era uma descrição antropológica clara e direta da vida no grupo de vizinhança. Nenhuma suposição ou postulado de base deveria ser feito sobre urbanização, estruturas sociais urbanas e assim por diante. Todavia, havia uma afirmação fundamental e explícita, - a de que o grupo de vizinhança a ser estudado constituía uma parte complexa da sociedade global brasileira, e que de modo algum podia ser encarado como uma comunidade limitada, ou considerada apenas em si mesma.

O trabalho de campo foi feito de março de 1970 a outubro de 1971. O antropólogo e sua família viveram no centro administrativo de Vila Velha, com uma população de 25.000 habitantes, dos 125.000 que habitam aquela municipalidade. Participaram da vida cotidiana da rua em que moravam: as amizades e as disputas, os diz-que-diz-ques, os automóveis, as televisões, os discos dos Beatles, a luta para obter a pavimentação da rua, etc. Os vizinhos imediatos representavam muito bem o caráter social mixto, normal na maioria dos grupos de vizinhança de Vitória: viúva do médico, estudantes universitários, funcionários do Estado, motorista de taxi, polícia, motorista de caminhão, carpinteiro, pai de santo, viúva de marceneiro, - indo de relativamente ricos a muito pobres.

As primeiras experiências com o trabalho de campo despertaram muita perplexidade. A prática antropológica normal para se conhecer uma vizinhan-

ça, - a genealogia, - foi de pouca utilidade para esse objetivo. Geralmente, a família nuclear que se entrevistava era a única da família extensa que vivia nessa vizinhança. Outra dificuldade, embora menor, foi a ausência da população masculina durante praticamente a semana toda, pois seu trabalho se localizava na maior parte das vezes fora da localidade. Além disso, a observação participante mostrou ser inadequada para estudar as ligações do distrito com a sociedade mais ampla. Para captar este aspecto, a análise dos quatro jornais de Vitória mostrou-se de grande importância. Esta fonte oferecia uma extraordinária quantidade de informação sobre política local, economia, vida social em geral na Grande Vitória, indispensável para o estudo que se desejava fazer.

À medida que a pesquisa de campo progredia, o uso frequente pelos informantes de expressões como: "a vida é uma luta, é uma luta pela sobrevivência" chamava cada vez mais a atenção. Não se tratava de observações casuais, nem de afirmações estereotipadas, mas de indicadores de uma situação na qual a escassez de recursos reina soberana. Noutras palavras, estas afirmações sublinhavam as repetidas narrações de todos os informantes a respeito de suas dificuldades em ganhar a vida de modo decente, a respeito da precariedade da situação econômica em que viviam. Esta observação deve ser relacionada com a descoberta de que os informantes não compreendiam esta escassez de recursos, de que tinham consciência, em termos pessoais somente: encaravam sua própria situação relacionada com o fato de que o Brasil é um país subdesenvolvido. Comparavam seu gênero de vida com o que pensavam constituir a vida em países ricos, e desejavam chegar a competir com estes. Através da comunicação de massa (pois quase todos os informantes possuíam uma televisão), o mundo "rico" se havia tornado um fato cotidiano no grupo de vizinhança, estabelecendo níveis de vida, influenciando padrões de consumo, gerando uma nova brecha

entre a aspiração e realidade. Pois somente com grandes sacrifícios conseguiam os indivíduos alcançar algo desejado - mercadoria ou serviço, - quando estes não faltavam totalmente. Talvez seja esta a razão mais importante para explicar o fato de que gente relativamente abastada segundo os padrões locais, experimentava um tão alto grau de privação econômica. Os informantes não pensavam que a explicação fosse "falta de sorte", porém, como disse um deles, achavam que "se não podemos viver melhor, é porque estamos num país subdesenvolvido".

Estes dados, juntamente com todo um conjunto de outras observações, indicando sempre escassês de recursos, levaram à conclusão de que o nível de análise local era praticamente impossível sem um conhecimento apropriado dos processos sociais usualmente reunidos sob a rubrica de "subdesenvolvimento". Foi então construído um quadro de referências teórico, no qual a sociedade brasileira foi definida como um sub-sistema dependente, no mundo capitalista. A sociedade global tinha de ser compreendida como um sistema distributivo de recursos, e as variáveis principais seriam o poder econômico e o poder político. Uma das proposições de base foi de que, em comparação com os sub-sistemas dominantes, o subdesenvolvimento tende a gerar através da sociedade uma distribuição desigual e altamente arbitrária, e finalmente uma competição em cada nível social, com o objetivo de acenar com recursos aos membros do "in-group", e colocar obstáculos na obtenção desses recursos pelos "estranhos", pelos "de fora".

Esta abordagem se mostrou de grande importância para os processos sociais em curso no grupo de vizinhança: a luta aberta pelos recursos, a manipulação das relações pessoais, a falta de solidariedade, etc., encontrados no grupo de vizinhanças estudado, e relatado por informantes como existentes também nas favelas, não são "resíduos rurais", nem simples fenômenos de urbanização; devem ser compreendidos em termos dos processos sociais mais am-

plos, ligados à posição de dependência de um país como o Brasil.

A partir destas observações de campo, foi então redefinido o projeto de pesquisa, de acordo com os princípios atrás explicados, para se tornar adequado ao objeto estudado.